



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.808-A, DE 2023

(Do Sr. Neto Carletto)

Acrescenta parágrafo ao art. 54-B, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para assegurar ao consumidor a revisão das taxas de juros remuneratórios dos contratos de crédito e de venda a prazo que excederem o dobro da taxa média do mercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil, relativa ao mesmo período de referência e à mesma modalidade de contratação; tendo parecer da Comissão de Defesa do Consumidor, pela rejeição (relator: DEP. VINICIUS CARVALHO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DEFESA DO CONSUMIDOR; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Defesa do Consumidor:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. NETO CARLETTO)

Acrescenta parágrafo ao art. 54-B, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para assegurar ao consumidor a revisão das taxas de juros remuneratórios dos contratos de crédito e de venda a prazo que excederem o dobro da taxa média do mercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil, relativa ao mesmo período de referência e à mesma modalidade de contratação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera acrescenta parágrafo ao art. 54-B, da Lei 8,078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para assegurar ao consumidor a revisão das taxas de juros remuneratórios dos contratos de crédito e de venda a prazo que excederem o dobro da taxa média do mercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil, relativa ao mesmo período de referência e à mesma modalidade de contratação.

Art. 2º O art. 54-B, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, passa a vigorar acrescido do seguinte §4º:

“Art. 54-B.....

.....

§4º Fica assegurada ao consumidor a revisão das taxas de juros dos contratos de crédito e de venda a prazo, sempre que os juros remuneratórios fixados na operação, já acrescidos dos encargos fiscais e operacionais incidentes, excederem o dobro da taxa média do mercado, divulgada pelo Banco Central do



Brasil, relativa ao mesmo período de referência e à mesma modalidade de crédito.” (NR)

Art. 3º Fica a cargo do Banco Central do Brasil a divulgação, para o público em geral, da taxa média do mercado, apurada a partir da média aritmética das taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras no país, segmentada por período e por modalidade de crédito.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Os juros praticados nas operações de crédito ao consumidor no país são um dos mais altos do mundo e figuram dentre as principais causas do endividamento da nossa população. Pesquisa divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)¹ registrou que, em fevereiro/2023, 78,3% das famílias brasileiras encontram-se endividadas, sendo que 11,6% não terão condições de honrar os seus compromissos financeiros.

A referida publicação ainda aponta que aqueles que têm débitos mais antigos seguem enfrentando dificuldades para sair da situação de inadimplência, justamente em razão dos elevados juros incidentes nas operações contratadas. Dentre os tipos de dívida, o cartão de crédito ocupa o topo do *ranking* e vem sendo responsável pelo comprometimento financeiro de mais de 85% dos endividados brasileiros.

Relatório do Banco Central do Brasil² revela que os juros cobrados no cartão de crédito rotativo ultrapassaram, no final de fevereiro/2023, a absurda marca de 900% ao ano em algumas operadoras (girando entre 7,78% e 1.062,64% ao ano, a depender da instituição). Do mesmo modo, as taxas de juros do crédito pessoal, na modalidade não consignado, variaram entre 8,83% e 938,6% ao ano, dentre as mais de 80 instituições financeiras listadas.

1 Disponível em <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-fevereiroj-de-2023/467393>. Acesso em 16/03/2023.

2 Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/txjuros>. Acesso em 16/03/2023.



Isso significa que, na prática, o consumidor que necessitar contrair uma dívida pode terminar pagando mais de nove vezes o valor que contratou, a depender da instituição financeira de que for cliente. Por óbvio, o resultado disso é uma espiral de endividamento que culmina no completo estrangulamento financeiro das famílias brasileiras, reféns dos juros extorsivos praticados em muitas das contratações de crédito.

Para agravar essa situação, como se já não bastasse o crédito no Brasil ser extremamente caro, vários bancos ainda se aproveitam da fragilidade financeira do consumidor para exorbitarem na fixação dessas taxas, impondo-as em percentual muito acima da média praticada até mesmo por outras instituições financeiras em operações de mesma natureza.

Isso se reflete nas inúmeras demandas de consumidores que batem às portas do Poder Judiciário, buscando a revisão das altíssimas taxas de juros fixadas nos seus contratos de crédito – sobretudo quando, além de discrepantes da média de mercado, terminam se tornando absolutamente impagáveis.

Como Deputado de primeiro mandato, não posso, diante dessa realidade brasileira e bem conhecida, cruzar os meus braços. É preciso agir no sentido de proteger os consumidores no nosso país, que são parte vulnerável nessas relações, e não os bancos e operadoras de cartões de crédito, que batem recordes de lucros todos os anos.

A nossa legislação tem evoluído muito na prevenção do endividamento e na defesa do consumidor brasileiro, mas acredito que é possível avançarmos mais, no sentido de estabelecer algum limite para essas operações abusivas ao consumidor.

Desse modo, proponho, por meio deste Projeto de Lei, que seja assegurada ao consumidor a revisão das taxas de juros fixadas nos contratos de crédito e de venda a prazo, sempre que excederem o dobro da taxa média do mercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil, para a mesma modalidade de contratação.

Certo de que a presente iniciativa contribuirá para combater a abusividade das instituições financeiras e para a proteção do consumidor nas



relações creditícias, conto com o apoio dos nobres Pares para o seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado NETO CARLETTO

2023-900



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 8.078, DE 11 DE
SETEMBRO DE 1990
Art. 54-B

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199009-11;8078>

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 1.808, DE 2023

Acrescenta parágrafo ao art. 54-B, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para assegurar ao consumidor a revisão das taxas de juros remuneratórios dos contratos de crédito e de venda a prazo que excederem o dobro da taxa média do mercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil, relativa ao mesmo período de referência e à mesma modalidade de contratação.

Autor: Deputado NETO CARLETTO

Relator: Deputado VINICIUS CARVALHO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.808, de 2023, tem por objetivo assegurar aos consumidores a revisão das taxas de juros remuneratórios dos contratos de crédito e de venda a prazo “que excederem o dobro da taxa média do mercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil, relativa ao mesmo período de referência e à mesma modalidade de contratação”.

No texto de justificação, alega-se que “os juros praticados nas operações de crédito ao consumidor no país são um dos mais altos do mundo e figuram dentre as principais causas do endividamento da nossa população”; e, nessa medida, que é preciso “estabelecer algum limite para essas operações abusivas ao consumidor”.

Por despacho da Mesa Diretora desta Casa Legislativa, a matéria foi distribuída à Comissão de Defesa do Consumidor e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).



A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, inciso II, do RICD) e seu regime de tramitação é o ordinário (art. 151, inciso III, do RICD).

No prazo regimental, transcorrido entre 02/08/2023 e 15/08/2023, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso V, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), cabe a esta Comissão emitir parecer sobre as proposições ora em exame quanto a “economia popular e repressão ao abuso do poder econômico” (alínea “a”); “relações de consumo e medidas de defesa do consumidor” (alínea “b”); e, por fim, quanto a “composição, qualidade, apresentação, publicidade e distribuição de bens e serviços” (alínea “c”).

Examinando o PL nº 1.808, de 2023, entendemos que, a despeito de nobres razões que levaram à sua apresentação, a proposição não deve ser acolhida por parte desta Comissão.

A primeira razão para isso é que **o ordenamento jurídico já prevê expressamente a possibilidade de revisão judicial de contratos de taxas de juros em contratos de crédito**. Com efeito, o art. 6º, inciso V, do Código de Defesa do Consumidor, já estabelece como direito básico do consumidor “a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas”.

Portanto, desde que devidamente comprovada a chamada onerosidade excessiva, já é perfeitamente possível aos consumidores, à vista das circunstâncias de cada caso concreto, pleitear, ao Poder Judiciário, a revisão de seus contratos de crédito anteriormente firmados – tenham eles sido objeto de renegociação ou não. Não há, portanto, a necessidade de lei nova para instituir tal possibilidade.



Tanto é assim que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já vem há muito tempo admitindo essa possibilidade de revisão judicial de taxas de juros, tendo inclusive definido tese específica em processo julgado sob o rito dos recursos repetitivos. Com efeito, no Recurso Especial nº 1.061.530 – RS, o STJ definiu que “é admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada – art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto”. Esse caso, inclusive, vem há muito tempo orientando a pacífica jurisprudência de todos os nossos tribunais há mais de uma década.

A segunda razão conducente à rejeição do PL nº 1.808, de 2023, é que, da forma como ele está redigido, a proposição acaba por estabelecendo um direito quase potestativo e automático dos consumidores de revisão de contratos de crédito sempre que a taxa de juros pactuada exceder ao dobro da taxa média de mercado. Além disso, não necessário, pelas razões que declinamos anteriormente, a fórmula escolhida na redação do PL nos parece inadequada, pois, na prática, o que se pretende é estabelecer uma **presunção quase absoluta de abusividade de taxas de juros**, sem atentar para as circunstâncias de cada caso concreto.

Essa linha de abordagem do tema, contudo, já foi repelida pelo próprio STJ. Em voto divergente apresentado no julgamento do já citado Recurso Especial nº 1.061.530 – RS, o Eminentíssimo Ministro João Otávio de Noronha muito lançou um relevantíssimo alerta:

“Sr. Presidente **entendo que a fixação de um teto referencial igual a duas vezes a taxa média de juros do mercado para caracterização da abusividade, data vênua, não se mostra conveniente para o próprio consumidor**. É sabido que o custo do dinheiro varia segundo o tempo, o espaço geográfico, as condições da macroeconomia e outras variáveis.

Melhor deixar que tal aferição, ou seja, a da abusividade, fique entregue ao juiz que, diante do caso concreto, tendo em conta a realidade do mercado no momento da contratação, saberá decidir se o consumidor estará ou não sendo prejudicado. **Aliás, é bom que se diga, que, em determinadas situações, o estabelecimento do**



dobro da taxa média poderá ser inclusive oneroso para o devedor. Tudo dependerá da realidade econômico-financeira reinante.

Faço um complemento para melhor informar meus Pares, com relação à fixação da taxa de juros. Cito aqui um exemplo: no Banco do Brasil, a taxa de juros do cheque especial é fixada diferentemente para cada cliente tendo em conta sempre o retorno financeiro oferecido, o grau de risco que ele apresenta, a pontualidade e ainda o seu histórico econômico-financeiro. A isso somam-se o risco setorial e o risco legal do produto. Inegável, portanto, que, para fixar a taxa de juros, o banco leva em consideração uma série de variáveis ou fatores.

Se assim o é, como poderá ser estabelecido por decisão judicial um critério geral, desprezando conseqüentemente as peculiaridades de cada contratação? **Se optarmos por estabelecer um teto, toda essa realidade fática e econômica será desconsiderada e em detrimento de quem? Do consumidor, é evidente.**

O consumidor que quita seus financiamentos no vencimento, que, com seus negócios, oferta uma razoável retribuição ao banco pode obter uma taxa muito inferior àquela equivalente à média do mercado. Para este consumidor, a fixação de uma taxa de juros igual ou um pouco inferior, inclusive, ao dobro da taxa média de juros vigente poderá caracterizar abusividade.”

(Grifos da transcrição)

Somos da opinião de que os argumentos acima transcritos, que serviram de base à fixação da tese do STJ – no sentido de que a abusividade deve ser aferida em cada caso concreto, e não a partir de um teto ou limite fixo – precisam ser considerados com muita atenção por esta Comissão.

Em nossa visão, eventual aprovação do PL nº 1.808, de 2023, poderia levar a efeitos contrários aos desejados por seu autor. Isto porque, diante do estabelecimento desse teto ou limite máximo de taxas de juros que ora se pretende, o acesso ao próprio crédito poderia ser tornar ainda mais difícil, burocratizado, com margens reduzidas e restrito a potenciais tomadores que oferecessem baixíssimo risco de inadimplência (especialmente no segmento de crédito com recursos livres). Ou seja, **em lugar de beneficiar os consumidores, a presente proposição, ao nosso ver, poderia acabar prejudicando seus interesses.**



Pelo exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.808,
de 2023.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Datado e assinado eletronicamente.

Deputado VINICIUS CARVALHO
Relator

2023-13833





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 1.808, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa do Consumidor, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.808/2023, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Vinicius Carvalho.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Jorge Braz - Presidente, Celso Russomanno - Vice-Presidente, Aureo Ribeiro, Marx Beltrão, Vinicius Carvalho, Fábio Teruel, Felipe Francischini, Flávio Nogueira, Gilson Daniel, Gilson Marques, Gisela Simona, Ivan Valente, Márcio Marinho, Ossesio Silva e Roberto Monteiro Pai.

Sala da Comissão, em 6 de dezembro de 2023.

Deputado **JORGE BRAZ**
Presidente

